

# DESLOCAMENTOS E(M) DISCURSO: UMA ANÁLISE MATERIAL DO POLÍTICO E DO JORNALÍSTICO EM RIBEIRÃO PRETO

Paulo Henrique APOLINÁRIO<sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo toma como base a dissertação de mestrado “Deslocamentos e(m) discurso: uma análise material do político e do jornalístico em Ribeirão Preto”. Empenhamos uma análise dos textos jornalísticos, redigidos pelas assessorias de imprensa e canais oficiais de comunicação em Ribeirão Preto, publicados entre 2005 e 2020. Nosso gesto de leitura foi feito com base na Análise de Discurso de matriz francesa, com foco em uma investigação materialista do discurso. A análise defendeu e comprovou duas teses que nortearam esta pesquisa: a) A comunicação pública em Ribeirão Preto utiliza as práticas e a forma-jornalismo em seus enunciados para legitimar práticas políticas; b) ao trabalharem juntos, jornalismo e política deslocam seus dizeres, desvirtuam seus fundamentos e se aproximam da linguagem publicitária.

**Palavras-chave:** Discurso. Jornalismo. Política.

## INTRODUÇÃO

Política e jornalismo são temas que caminharam juntos ao longo da história. Analisar a política sem refletir sobre o poder midiático deixaria uma lacuna aberta. Bem como, discutir o poder da mídia sem destacar as investidas do meio político, tornaria a pesquisa ingênua. O que propomos neste trabalho é dar mais um passo no debate acerca do midiático e do político, observando o ponto que é entendido como uma “intersecção” dessas duas áreas: a comunicação pública dos agentes institucionais do poder. Por exemplo, as assessoriais de comunicação do poder Legislativo e Executivo. O passo além que daremos aqui é o de que, se observado de forma mais criteriosa, a comunicação pública não é a apenas um “discurso político, mas com linguagem jornalística”, há um deslocamento de sentidos e das funções desses dizeres no sentido da linguagem puramente publicitária. Para realizarmos essa análise criteriosa e comprovarmos essa afirmação, lançaremos mão da Análise de Discurso de matriz francesa. Em especial, seguindo a linha teórica proposta por Michel Pêcheux, principal expoente dessa teoria.

---

<sup>1</sup> Mestrando em Psicologia, Subjetivação e Processos Culturais pela FFCLRP-USP. E-mail: p.apolinario@usp.br

A linha teórica proposta por Pêcheux é fundamental para a nossa análise porque institui o discurso como objeto teórico pelo qual é possível explicar a relação da língua com a história. A Análise de Discurso se difere de uma análise gramatical ou de conteúdo, pois não busca o significado linear de um texto, mas a maneira como ele significa de forma não estanque (ORLANDI, 2009). Para tanto, a Análise de Discurso se baseia em uma visão materialista do discurso, da língua e da história. Tal embasamento teórico é indispensável para a análise dos dados reunidos para esta pesquisa, uma vez que nossa pesquisa adentra em uma análise material dos modos de produção da política e do jornalismo em Ribeirão Preto, detalhando de que forma os discursos dominantes se formaram e a quais interesses eles servem. Esse percurso cria uma base sólida para debatermos, adiante, o deslocamento dos sentidos. Para tanto, faremos uma análise dos textos jornalísticos (publicados pelas assessorias de imprensa e canais oficiais de comunicação) publicados entre 2005 e 2020, que contenham citações diretas e indiretas dos agentes político-institucionais a seguir: Dárcy Vera, Welson Gasparini, Jean Corauci e Maurílio Romano.

### **A MATERIALIDADE DO DISCURSO EM MOVIMENTO**

Esta pesquisa toma como base a Análise de Discurso de matriz francesa, principalmente, os trabalhos de Michel Pêcheux, bem como as leituras que o impactaram e os autores que ele influenciou posteriormente. Essa área do conhecimento observa o sujeito enquanto (re)produtor de discursos. Instituído, assim, o discurso como objeto teórico pelo qual é possível explicar a relação da língua com a história, sendo uma das formas mais efetivas de se explicar o funcionamento do sentido (SARGENTINI; SILVA, 2005). A Análise de Discurso se difere de uma análise gramatical ou de conteúdo, pois não busca o significado linear de um texto, mas a maneira como ele significa de forma não estanque (ORLANDI, 2009).

Ao observar o corpus desta pesquisa, entendemos que o viés de uma análise materialista do discurso fornece as melhores ferramentas para que este trabalho avance. Isso, porque a teoria marxista é uma teoria de base econômica. O modo de produção pauta os sujeitos e a sociedade. Ademais, o materialismo histórico se choca com o pensamento econômico clássico no qual as leis da economia tinham validade universal. Isso porque, para Marx, cada sistema econômico tem as suas próprias leis, quando mudam essas relações, muda o sistema econômico (MARX, 2021). O que foi possível observar nesta pesquisa é que a história da imprensa e da política ribeirão-pretana é

fortemente pautada pelo modo de produção dominante na cidade. Primeiro os barões do café, depois os bacharéis (muitos eram filhos dos primeiros barões) e mais tarde o agrobusiness dominaram o debate midiático e político no sentido literal da palavra; eram donos de jornais ou eram os próprios políticos, isso quando não exerciam as duas funções ao mesmo tempo. Poderiam dizer que há uma alternância no poder, passando de barões, advogados, médicos, jornalistas e usineiros. Contudo, nossa pesquisa irá mostrar que esse movimento nas classes dominantes ainda faz parte do jogo ideológico, não há uma alternância, mas algo próximo de uma herança. As condições materiais de produção podem até ter mudado, mas o poder segue centrado nos mesmos grupos que o exercem de modos diferentes.

Pêcheux aponta que há algo a mais além de uma relação direta entre significante e significado. Há o que o autor chama de caráter material do sentido, que consiste na dependência constitutiva com o “todo complexo das formações ideológicas” (PÊCHEUX, 2014b, p. 146). Ele entende que existe um real que opera de forma independente e fora do pensamento. Porém, o pensamento depende, necessariamente desse real. Há um real da língua e um real da história. A língua existe/funciona como uma base comum na qual se desenvolvem os processos discursivos e não enquanto puro pensamento, de modo idealista. Há uma indiferença do sistema linguístico às classes, mas a retórica não se confirma, assim como o exemplo que acabamos de apresentar sobre o pensamento que depende do real. (PÊCHEUX, 2014b.). O mesmo vale para o real da história e sua capacidade de moldar o pensamento e as condições de existência/reprodução. Ou seja, o modo de produção é que condiciona o processo da vida social, política, econômica e até espiritual. “Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, inversamente, o seu ser social que determina a sua consciência” (MARX, 2007, p. 1). Seria necessário, portanto, a estruturação de uma teoria que desse conta de explicar o caráter material/real dos discursos, indicando para uma teoria materialista dos processos discursivos. E é por essa via, que a AD se entrelaça com o materialismo histórico.

Para descrever e relacionar esse conceito com a AD, optamos por elaborar um percurso semelhante ao que inspirou Pêcheux. Iniciaremos nossa abordagem por Marx, depois introduziremos a leitura feita da teoria marxista por Louis Althusser para, por fim,

indicar como ela serviu como base para a estruturação da teoria materialista da linguagem de Pêcheux.

Visto por esse ângulo materialista, Althusser irá reafirmar o que fora apresentado por Marx ao dizer que essas ideias – a ideologia – não passam, portanto, de uma construção imaginária. “Um puro sonho, vazio e vão, constituído pelos ‘resíduos diurnos’ da única realidade plena e positiva, a da história concreta dos indivíduos confeitos, materiais, produzindo materialmente a sua existência” (ALTHUSSER, 1970, p.73).

Althusser irá propor duas teses. A primeira é a de que a ideologia representa a relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência; e a segunda que a ideologia tem uma existência material (ALTHUSSER, 1970). Uma vez que a ideologia representa uma relação imaginária com as relações reais, essa ideologia conduz o indivíduo a adotar certas práticas e rituais materiais. Práticas essa, totalmente condicionadas pelo aparelho ideológico presente no Estado e sob as diretrizes da classe dominante. Assim, as ideias e crenças de um indivíduo contém um caráter material porque: “as suas ideias são atos materiais inseridos em práticas materiais, reguladas por rituais materiais que são também definidos pelo aparelho ideológico material de que revelam as ideias desse sujeito” (ALTHUSSER, 1970, p.88-89). Althusser cita o exemplo de um homem que vai à igreja e que sob o ideário da religiosidade, realiza práticas materiais como se ajoelhar, rezar, comer a hóstia, etc., além de adotar determinados comportamentos ao longo de sua vida.

Dessa forma, Althusser irá descrever o seguinte sistema para unir as suas duas teses:

Ideologia existindo num aparelho ideológico material, prescrevendo práticas materiais reguladas por um ritual material, as quais (práticas) existem nos atos materiais de um sujeito agindo em consciência segundo a sua crença. [...] Desta sequência extraímos já o termo central, decisivo de que tudo depende: a noção de sujeito. (ALTHUSSER, 1970, p.90, grifo nosso)

Dessa afirmação descende um dos axiomas que mais contribuíram para a AD:

1. Só existe prática através e sob uma ideologia;
2. Só existe ideologia através do sujeito e para os sujeitos. (ALTHUSSER, 1970, .91)

Sendo o sujeito uma categoria constitutiva de toda ideologia, o sujeito em Althusser é um sujeito “assujeitado”. Toda ideologia tem por função definidora “constituir os indivíduos concertos em sujeitos” (ALTHUSSER, 1970, p.94). Essa força

que interpela o indivíduo em sujeito vem, como já abordamos, do Estado. Contudo, com prudência, Althusser acrescenta camadas à teoria marxista do Estado. Em Marx, o Aparelho de Estado (AE) abrange: o governo, o exército, os tribunais, as prisões etc. E por meio deles a classe dominante irá reproduzir e impor as suas condições de produção. Althusser irá chamar esse AE de Aparelho Repressivo de Estado (ARE), que compreende:

o Governo, a Administração, o Exército, a Polícia, os Tribunais, as Prisões, etc. [...] Repressivo indica que o Aparelho de Estado em questão “funciona pela violência”, – pelo menos no limite (porque a repressão, por exemplo administrativa, pode revestir formas não físicas). (ALTHUSSER, 1970, p.43)

Os ARE exercem a força, a coerção, o cumprimento da “ordem”. Em contrapartida, Althusser irá introduzir o conceito de Aparelho Ideológico de Estado (AIE). Segundo Althusser, o que diferencia o AIE do ARE é que: “o Aparelho repressivo de Estado ‘funciona pela violência’, enquanto os aparelhos ideológicos de Estado funcionam ‘pela ideologia’” (ALTHUSSER, 1970, p. 46). Em linhas gerais, os aparelhos têm características diferentes: os ARE são, por excelência, violentos e entram em funcionamento quando os AIE não dão conta, falham, são desrespeitados. Ambos, contudo, trabalham em prol do mesmo objetivo, manter a ideologia dominante em seu lugar de poder. Porém, não devemos cair na generalização e que esses aparelhos são “puros”, operam exclusivamente pela força ou pela ideologia – apesar de que esse é o principal traço que os diferencia – Althusser irá dizer que não existe aparelho puramente ideológico ou puramente violento, ambos funcionam, em certa medida, com características semelhantes ao outro, porém:

Em si mesmo o Aparelho (repressivo) de Estado funciona de uma maneira massivamente prevalente pela repressão (inclusive física), embora funcione secundariamente pela ideologia. (Não há aparelho puramente repressivo) (ALTHUSSER, 1970, p.46-47)

Outra característica pertinente desses aparelhos é que o ARE pertence ao domínio público, os AIE podem pertencer também à esfera privada, como os partidos políticos, algumas escolas e jornais. Novamente, seja o ARE ou o AIE, privado ou público, o objetivo segue intacto: manter um discurso vigente, uma ideologia, uma memória etc. Funcionando tanto na esfera pública quanto privada, na escola, na mídia, nas igrejas e na família, os Aparelhos Ideológicos de Estado, cumprem sua função de fornecer, por meio do discurso, a Formação Ideológica necessária, apesar (co)existirem muitas vezes em realidades contraditórias nesse cenário. É dessa forma que se considera a relação das ideologias com o discurso. “Se as ideologias têm uma ‘existência material’,

o discurso será considerado como um de seus aspectos materiais. (COURTINE, 2009, p.72).

Unindo esse processo ideológico ao campo do discurso, Pêcheux infere que o sentido de uma palavra ou expressão não existe "em si mesmo", ou seja, em sua "relação transparente com a literalidade do significante" (PÊCHEUX, 2014b, p.146), mas, ao contrário, o sentido é determinado pelas posições ideológicas que estão postas no processo sócio-histórico, no qual as expressões e palavras são produzidas e reproduzidas. É a ideologia que fornece as evidências pelas quais "todo mundo sabe" o que é um estudante, um professor, uma instituição etc. São evidências que fazem como que um enunciado "queira dizer o que se propõe a dizer. "E que mascaram, assim, sob a 'transparência da linguagem', aquilo que chamaremos o caráter material do sentido das palavras e dos enunciados" (PÊCHEUX, 2014b, p.146). Ou seja, o caráter material do sentido, que é mascarado por sua evidência para o sujeito, consiste na dependência constitutiva daquilo que Pêcheux chama de "o todo complexo das formações ideológicas". O autor discute essa dependência em duas teses:

1. [...] as palavras, expressões, proposições etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às formações ideológicas [...] (PÊCHEUX, 2014b, p.146)

Referindo-se aos AIE, entendemos por que, em sua materialidade concreta, a instância ideológica existe sob a forma de Formações Ideológicas.

Os "objetos ideológicos" são sempre fornecidos ao mesmo tempo que a sua "maneira de se servir deles" – seu sentido, isto é, sua orientação, ou seja, os interesses de classe aos quais eles servem –, o que se pode comentar dizendo que as ideologias práticas são práticas de classe (de luta de classes) na Ideologia (PÊCHEUX, 2014b, p.132)

Pêcheux nomeia então, de Formação Discursiva (FD), aquilo que numa Formação Ideológica (FI) dada, pode e deve ser dito. A segunda tese é a seguinte:

2. Toda formação discursiva dissimula, pela transparência do sentido que nela se constitui, sua dependência com respeito ao "todo complexo com dominante" das formações discursivas, intrincado no complexo das formações ideológicas [...]. Propomos chamar interdiscurso a esse "todo complexo com dominante" das formações discursivas [...] (PÊCHEUX, 2014b, p.148).

Aliando o pensamento lacaniano às contribuições de Althusser acerca de ideologia, Pêcheux propõe uma crítica ao conceito de indivíduo enquanto "sujeito do

cartesianismo, produzido pela forma do sujeito-de-direito e encoberto por uma moral psicológica” (MARIANI, 2006, p. 24). Segundo Mariani (2006), diferente do indivíduo proposto anteriormente, o sujeito da AD se funda no esquecimento de que ele é um ser de linguagem, resultante de um processo. Esse jogo de esquecimentos mascara todos os discursos já-ditos, da memória, todas as formações ideológicas pré-construídas, ao mesmo tempo em que alimenta o discurso (re)produzido pelo sujeito e fornece a ilusão de autoria. Segundo Pêcheux, esse universo de “já-ditos” corresponde ao interdiscurso.

### DISPOSITIVO ANÁLITICO

A análise parte do quadro epistemológico definido por Pêcheux “em que se unem o histórico e o linguístico numa teoria do discurso atravessada pela teoria psicanalítica”. (MITTMAN, 2005, p. 1). Como já exposto, elaboramos o corpus para a análise não com critérios da ordem do empirismo ou da lógica (OLIVEIRA, 2010), mas com critérios teóricos (ORLANDI, 2009). Entendemos doravante o corpus como: “[...] um conjunto de sequências discursivas, estruturado segundo um plano definido em relação a um certo estado das condições de produção do discurso” (COURTINE, 2009, p.54).

Apesar de não perdermos de vista ao longo do nosso estudo a repetição e proliferação de unidades lexicais consideradas como “palavras chave” ou “pivôs” (COURTINE; MARANDIN, 2016) não podemos reduzir a análise a uma estatística de termos. Repetições terão sim sua importância, mas não fornecem uma conclusão precisa, tendo em vista seu caráter quantitativo de homogeneização. Para contornar essa limitação do corpus, nos apoiaremos ainda mais nas condições de produção do discurso por meio da escolha de uma sequência discursiva de referência (sdr) (COURTINE, 2009).

[...] escolher uma sequência discursiva de referência equivale assim a **determinar a pertinência histórica** de tal conjuntura e **situar a produção** dessa sequência na **circulação de formulações** trazidas por sequências discursivas que se opõe, se respondem, sem citam..., a descrever, enfim, o âmbito institucional e as **circunstâncias enunciativas** dessa produção (COURTINE, 2009, p.108, grifo nosso)

Portanto, a escolha da sdr foi pautada pela descrição das condições de produção específicas do discurso analisado. No caso, a sequência discursiva de referência deverá emergir da intersecção entre o jornalista o político, que serão descritos a adiante. Como

acrescenta Orlandi: “o dispositivo analítico terá sua forma afetada pela natureza do material signifiante” (ORLANDI, 2010, p.8).

A elaboração do corpus obedece a esses critérios de maneira que, não se busca uma análise exaustiva de todo o material ou, simplesmente, o esgotamento da completude do conteúdo nele possível. Isso porque, como mostra Orlandi (2009, p. 62), “ele é inesgotável. Com efeito, por definição, todo discurso se estabelece na relação com um discurso anterior e aponta para outro. Não há discurso fechado em si mesmo, mas um processo discursivo do qual se podem recortar e analisar estados diferentes”. Há de se efetuar, portanto, recortes na superfície linguística (material bruto) (ORLANDI, 2009) seguindo a metodologia proposta pela AD. A autora define os recortes como sendo uma unidade discursiva. “Por unidade discursiva entendemos fragmentos correlacionados de linguagem-e-situação. Assim, um recorte é o fragmento da situação discursiva” (ORLANDI, 1984, p. 14). Por sua vez, Orlandi define texto como sendo “o todo em que se organizam os recortes. Esse todo tem compromisso com as tais condições de produção” (ORLANDI, 1984, p. 14).

Após a leitura analítica desses recortes, verificamos se os achados corroboram com as seguintes hipóteses:

- a) A comunicação pública em Ribeirão Preto utiliza as práticas e a forma-jornalismo em seus enunciados para legitimar práticas políticas;
- b) Ao trabalharem juntos, jornalismo e política deslocam seus dizeres, desvirtuam seus fundamentos e se aproximam da linguagem publicitária

A escolha do recorte temporal se baseia em alguns critérios teóricos, mas também de ordem material. Os primeiros conteúdos encontrados no site da Prefeitura de Ribeirão Preto datam do último mandato de Welson Gasparini, iniciado em 2005, já os primeiros registros de notícias no site da Câmara aparecem mais tarde, em 2009. A data de 2005 foi escolhida porque consegue colher os primeiros registros na Prefeitura e, mais tarde, os da Câmara. A análise recairá sobre os agentes político-institucionais do estado que ocupam e ocuparam cargos de maior relevância, obtiveram mais votos e que exibem em sua trajetória política ligações e influência nas condições materiais de produção do jornalismo e da política da cidade.

Os sujeitos analisados não respondem por si só como um elemento descolado da história de Ribeirão Preto. Todos eles são extensões da história local. São fruto de um sistema que data do século XIX, como veremos e se reinventou ao longo do século XX e XXI. Ademais, escolha pelo número de votos ou cargos de maior relevância se justifica, pois, os discursos desses agentes, normalmente, atingem mais pessoas do que de outros colegas de profissão com menos destaque, eleitores ou cargos de relevância. Serão analisados os discursos dos sujeitos em questão e o que *se fala sobre* esses sujeitos nas matérias jornalísticas publicadas nos canais oficiais da Prefeitura de Ribeirão Preto, da Câmara Municipal de Ribeirão Preto e da Câmara Federal. Desta forma, o recorte recairá sobre:

**Vereadores:** Maurílio Romano Machado e Jean Corauci

**Prefeitos:** Dárcy Vera e Welson Gasparini

A busca dos textos sobre os vereadores foi feita no site da Câmara Municipal de Ribeirão Preto, na página “Notícias”. Foi pesquisado o nome completo do parlamentar, conforme informado ao Tribunal Superior Eleitoral. Também foi feita uma busca em cada matéria com a finalidade de filtrar possíveis erros da busca automática, como o acréscimo de termos relevantes. Para a elaboração do corpus foram retirados os textos que não se enquadravam no recorte temporal entre 2005 e 2020. As buscas foram realizadas no dia 19 de julho de 2021. Ao todo, foram selecionados 89 textos.

## **PRÁTICA POLÍTICA E FORMA-JORNALISMO**

Antes de falarmos sobre as condições de produção, tomamos um desvio para conceituar os tipos de discursos e práticas que iríamos analisar. Começamos pela política. No capítulo 3 "Dizeres políticos: práticas e estrutura" da dissertação, tomamos como base a teoria marxista de formação do Estado, que define o estado moderno como uma instituição “inventada” pela burguesia para a manutenção dos seus interesses. Ou, como Althusser explica, toda a luta de classes gira em torno da tomada e da conservação do poder de Estado por uma determinada classe (ALTHUSSER, 1970). Desse modo, nenhuma classe pode deter o poder de Estado sem exercer, ao mesmo tempo, a sua hegemonia sobre e nos Aparelhos Ideológicos de Estado (ALTHUSSER, 1970). Funcionando ao mesmo tempo – e onde os AIE não alcançam – há sempre a sombra da repressão, da prisão, do manicômio impostos pelos Aparelhos Repressivos de Estado para aqueles que não se adequem às regras, ritos e dizeres pré-determinados.

A partir dessa leitura discursiva e materialista da política, nos deparamos com uma ausência de terminologia própria para os diferentes tipos de política. Detectamos dois tipos: o discurso que dá forma e garante a manutenção do Estado enquanto esse corpo criado pela burguesia e que mascara sua própria existência por meio de instituições; e o segundo funcionamento seriam as próprias instituições, a política partidária, a política feita nas sedes do Legislativo e Executivo. Ao primeiro, que garante a existência desse Estado citado por Marx, demos o nome de FD Política-Estruturante. Já a política do “dia a dia”, nomeamos de prática discursiva política ou apenas prática política. São os ritos burocráticos que mascaram a FD Política-Estruturante. Por fim, mostramos quais são as principais estratégias discursivas utilizadas na prática política. Como o agentes político-institucionais do Estado enunciam e como eles fazem para falar com/pelo povo. Implicando na criação de uma imagem, um determinado imaginário.

No capítulo seguinte, "Forma-jornalismo: práticas e discursos", analisamos e conceituamos a noção de “discurso jornalístico”. Nesta seção nos deparamos com um outro dilema teórico: de se apontar o que seria "discurso jornalístico". Entendemos que o jornalismo como um lugar por onde passam discursos e dizeres. Ao invés de caracterizarmos o discurso jornalístico como uma unidade cristalizada, iremos analisa-lo como prática discursiva. (MARIANI, 1998 ). São práticas, modos de se fazer, ritos e modos de se comunicar. A junção dessas práticas cria o que chamamos de forma-jornalismo. Adiante, debatemos a noção de “verdade no jornalismo”. Observamos que a verdade vendida pelos jornais não é prontamente aceita pela sociedade sem antes passar pelo filtro da memória e do percurso que aquela sociedade percorreu até aquela notícia. Apesar de oscilar conforme a época, a credibilidade da mídia sempre foi e continuará sendo questionada. Atualmente, há um ataque sistemático que mina ainda mais essa noção de verdade. Apesar disso, o jornalismo segue sendo, um dos raros campos das Ciências Humanas, que se agarra à noção de Verdade. Seja para legitimar determinada prática, tentando passar ao público que aquele texto foi apurado e revisado antes de ser público; ou, simplesmente, para vender mais.

Após essa conceituação, apresentamos as condições materiais de produção das práticas políticas e da forma-jornalismo em Ribeirão Preto. Mostraremos como essas práticas estão incrustadas na política ribeirão-pretana desde o século XIX. Para estruturar esse capítulo, nos baseamos na contribuição do livro “O cajado de mentor: mídia, eleições e coronelismo eletrônico no Brasil” (SANTOS; SANTOS, 2017) que

divide a política de Ribeirão Preto em três momentos distintos: a República dos Coronéis, a República dos Bacharéis e a República dos Locutores. Com o passar do século XX e o declínio da produção de café, o poder político-econômico das oligarquias foi se dissolvendo com as transformações econômicas e sociais (ABRANCHES, 2018, p.23). Para se adaptar às novas demandas, os sucessores dos antigos barões oligarcas se ligaram a segmentos da indústria, comércio, bancos, passando a financiar candidatos e veículos midiáticos. Mostramos como a política e a mídia atual são apenas o resultado dessas condições de produção iniciadas no século XIX. O poder político e midiático segue restrito a pequenos grupos da elite.

Por fim, analisarmos o ponto de encontro entre a forma-jornalismo, práticas políticas, FD Política-estruturante e as condições de produção do jornalismo e política local: a comunicação pública. Para tanto, mostramos as condições de produção e os propósitos dos canais oficiais de comunicação da Câmara Municipal e da Prefeitura de Ribeirão Preto; além de apresentarmos as especificidades da função do assessor de imprensa e suas diferenças com o jornalista. A partir desse ponto, discutimos como a comunicação pública transforma direitos essenciais em mercadorias e conta com a égide da prática discursiva jornalística, empregado por suas assessorias, como ferramenta principal de mascaramento das suas condições materiais de produção. Defendemos a tese de que ao trabalharem juntos, jornalismo e política deslocam seus dizeres, desvirtuam seus fundamentos e se aproximam da linguagem publicitária. Para tanto, utilizamos o conceito da “Língua de Vento”, para descrever o discurso publicitário

### **CONSIDERAÇÕES**

Vejam agora, se esse percurso teórico analítico dá conta de sustentar as hipóteses levantadas.

- a) A comunicação pública em Ribeirão Preto utiliza as práticas e a forma-jornalismo em seus enunciados para legitimar práticas políticas

Levando em consideração todo o percurso teórico que seguimos desde o início desta dissertação, podemos destacar o capítulo 6 “Gestos de leitura: jornalismo + política = publicidade”, como um ponto chave para responder a essa hipótese. Após detalharmos o funcionamento da forma-jornalismo, das práticas políticas e de maneira demorada, as condições materiais de produção do jornalismo e política ribeirão-pretana conseguimos

chegar a uma conclusão. Primeiramente, devemos lembrar da estrutura básica do jornalismo, contendo título, subtítulo, lead, desenvolvimento e aspas (discurso relatado). Uma técnica que, se bem utilizada, cria a ilusão de que o jornalista ideal seria capaz de manipular, domar, cercar a linguagem de tal forma, que seu relato sobre um acontecimento seria completamente fidedigno, sem margem para interpretações. Essa mesma estrutura foi vista na grande maioria dos textos analisados por esta pesquisa. Vejamos um recorte à título de ilustração:

Maurílio Romano preside primeira Audiência Pública sobre a LDO que suprimiu emenda do Executivo  
 [...]
 A Comissão Permanente de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle da Câmara Municipal de Ribeirão Preto realizou na noite desta quarta-feira, 26/5, a primeira audiência pública para discutir com a população emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). (MAURÍLIO, 2010)

Essa estrutura elementar do jornalismo surge nos textos veiculados como comunicação pública por alguns motivos. Em primeiro lugar, por que, como exposto, os profissionais que integram as assessorias de imprensa no Brasil são jornalistas de formação. E, apesar de atuarem “do outro lado do balcão”, foram formados dentro de uma FD específica. Dentro de um caráter institucional do jornalismo (MARIANI, 1998). Ou seja, certos dizeres e modos de produção são comuns a todos.

Em segundo lugar, porque a forma-jornalismo fornece uma ilusão de credibilidade, maior do que seguir com o discurso de campanha, com claro apelo publicitário. Além disso, o discurso publicitário, a língua de vento, possui menos afinidade com o discurso jurídico e da administração pública, que são discursos mais sólidos e presos às estruturas da FD Político-Estruturante. O discurso publicitário tem mais afinidade com a assessoria de imprensa.

Neste ponto, fala mais alto a veia publicitária. Isso porque, “o objetivo do assessor de imprensa é cultivar e difundir a boa imagem daquele que o contrata” (BUCCI, 2009, p.95). Ora, então qual seria a função de uma área como o jornalismo que, em teoria, deveria revelar situações desconcertantes para os detentores de poder? Como abordamos no capítulo 4 “Forma-jornalismo: práticas e discursos”, a noção de “verdade jornalística”, carrega consigo uma memória discursiva que remete à credibilidade e a um modo de produção específico do jornalismo. De modo que essa verdade foi lapidada e poder ser aferida pelo público. Ou seja, para contornar determinados problemas éticos, utiliza-se o a forma-jornalismo para conferir uma ilusão de credibilidade ao texto e ao

político que está sendo beneficiado por ele. Essa discussão nos direciona para a nossa segunda hipótese:

- b) Ao trabalharem juntos, jornalismo e política deslocam seus dizeres, desvirtuam seus fundamentos e se aproximam da linguagem publicitária.

Deslocar um discurso ou determinada FD exige um esforço considerável. Existem deslocamentos momentâneos, típicos de um discurso polêmico, de uma polissemia logo regularizada. Contudo, como destacamos durante a análise do corpus, esse espaço discursivo utilizado pela comunicação pública, não é mais uma comunicação que se presta a dar publicidade às obras e serviços que foram feitos. As obras são utilizadas pelos projetos de comunicação para dar materialidade à imagem do político construída pelas assessorias. A publicidade dos atos públicos adota um caráter mercadológico, desloca seus significados de “dar publicidade aos atos” para “promover os atos”. Essa diferença de termos é central nessa análise. Dar publicidade aos atos públicos é um dever constitucional dos governantes. Por outro lado, “promover” um ato público vai além desse dever. Entende-se que um passo além foi dado. A linguagem institucional da administração pública, padronizada, publicada no Diário Oficial dá lugar a algo mais efêmero. Slogans, cartazes e formatos publicitários utilizados pelo mercado. A inauguração de uma ponte passa a ser anunciado com os mesmos recursos discursivos de um tênis da moda. A língua de vento da publicidade passa a operar no local dessa linguagem institucional, dura, de madeira.

Notamos que esse era um campo diferente do que o jornalismo e a política costumavam ocupar, porque os discursos analisados apontam para algo que se difere de uma prática “pura” dessas áreas. Ao longo desta pesquisa, assumimos que há uma heterogeneidade no sujeito, nas práticas, nos discursos e nas FDs. Segundo Authier-Revuz, o discurso é constitutivamente heterogêneo, “pois um discurso só se constitui a partir de e em relação a outro(s) discurso(s)” (BELO, 2016, p.841). Ademais, segundo Pêcheux, a noção de FD “explode” a noção de uma “máquina estrutural fechada”, na medida em que:

o dispositivo da FD está em relação paradoxal com seu “exterior”: uma FD não é um espaço estrutural fechado, pois **é constitutivamente “invadida” por elementos que vêm de outro lugar (isto é, de outras FD) que se repetem nela**, fornecendo-lhe suas evidências discursivas fundamentais (por exemplo, sob a forma de “pré-construídos” e de “discursos transversos)” (PÊCHEUX, 2014a, p.310)

Se valendo da forma-jornalismo, a língua de vento empurra as práticas políticas e também a forma-jornalismo para um campo diferente; o da publicidade. Entendemos que esse vendaval publicitário não é onipotente, assim como nenhum discurso o é. Contudo, por mais que tenham tentado resistir, nem o jornalismo e nem a política estão mais no seu espaço discursivo “original”. Ao se unirem suas práticas e discursos, jornalismo e política entram no campo do discurso publicitário.

Quando jornalismo, a publicidade e a política se encontram, há um poderoso “canhão ideológico”. A ideologia e o poder de estado pela política; o verniz da credibilidade e “verdade” pelo jornalismo; e as técnicas mercadológicas e de criação de demanda por parte da publicidade. Com isso, mantém-se as estruturas econômicas e de poder, criam-se mitos e os vendem com a ilusão de que não há outra forma de se resolver aquele problema, de se falar sobre determinado tema.

## REFERÊNCIAS

- ABRANCHES, S. **Presidencialismo de coalização**: raízes do modelo político brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- ALTHUSSER, L. **Ideologia e Aparelhos de Estado**. Lisboa: Presença, 1970.
- BELO, J. Os efeitos de sentido das formas do discurso relatado em notícias. **Estudos Linguísticos**, São Paulo. p. 840-855, 2016. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/view/678/1070>. Acesso em: 05 jul. 2021.
- BUCCI, E. **Imprensa e o dever da liberdade**. São Paulo: Contexto, 2009
- COURTINE, J. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos, EdUFSCAR, 2009.
- COURTINE, J.; MARANDIN, J. Que objeto para a análise de discurso? In: CONEIN, B.; COURTINE, J.; GADET, F.; MARANDIN, J.; PÊCHEUX, M. (orgs.). **Materialidades discursivas**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016, p.33-54.
- MARIANI, B. **PCB e a imprensa**: os comunistas no imaginário dos jornais (1922 - 1989). Campinas: Editora Unicamp; Rio de Janeiro: Revan, 1998.
- MARIANI, B. **Sentidos de subjetividade**: imprensa e psicanálise. Polifonia, Cuiabá, v. 12, n. 1, p. 21-45, 2006.
- MARX, K (1859). **Para a Crítica da Economia Política**. Transcrição: ARAÚJO, F., 2007. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1859/01/prefacio.htm>. Acesso em: 21 mar. 2020.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feurbach, B. Bauer e Stirner. Petrópolis: Vozes, 2021.

MAURÍLIO Romano preside primeira Audiência Pública sobre a LDO que suprimiu emenda do Executivo. **Câmara Municipal de Ribeirão Preto**, Ribeirão Preto, 2010. Disponível em: < <http://www.camararibeiraopreto.sp.gov.br/JW34/noticia/840>>. Acesso em: 09 de set. de 2021.

MITTMAN, S. **Discurso e texto**: na pista de uma metodologia de análise. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DE DISCURSO, 2., 2005. Porto Alegre. **Anais** [...]. Porto Alegre: UFRGS, 2005. Disponível em: <http://anaisdosead.com.br/2SEAD/SIMPOSIOS/SolangeMittmann.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2020.

ORLANDI, E. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. 10ª ed. Campinas: Pontes, 2009.

ORLANDI, E. **Segmentar ou recortar?** Linguística: questões e controvérsias. Série Estudos 10. Curso de Letras do Centro de Ciências Humanas e Letras das Faculdades Integradas de Uberaba, 1984.

OLIVEIRA, D. **Efeitos de sentidos em sites de pesquisa**: condições de produção do discurso eletrônico. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Departamento de Psicologia, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2010.

PÊCHEUX M. **Análise automática do discurso**. In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). Por uma análise automática do discurso. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2014b. Editora da Unicamp, 2014a.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Ed. da Unicamp, 2014b.

SANTOS, M; SANTOS, R. **O Cajado de Mentor**: mídia, eleições e coronelismo eletrônico no Brasil. Dourados, MS: Editora UFGD, 2017.

SARGENTINI, V.; SILVA, F. **Análise do Discurso Político e a Política da Análise do Discurso**. In: Estudos da Língua(gem), n.1 p.83-90, 2005.